

AGRICULTURA FAMILIAR: O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

Zander Navarro¹, Maria Thereza Macedo Pedrosa²

Brasília, DF - Março 2012 - Nº 3
ISSN: 2237-728X

É um exercício lógico comparar o desenvolvimento da agricultura norte-americana com o padrão brasileiro?

À primeira vista, este cotejo entre os dois países não seria justificável, pois são histórias agrícolas e agrárias muito distintas. Entretanto, são inúmeras as razões para sustentar não apenas que é logicamente apropriada a comparação, mas, até mesmo, que é necessária e urgente.

Alguns desses motivos são os seguintes: (a) foi nos Estados Unidos que, primeiramente, já na década de 1940, se consolidou uma visão técnico-produtiva que foi intitulada de “agricultura moderna”, um formato derivado de inúmeras inovações que vinham sendo propostas e testadas desde meados do Século XIX. Essa estruturação, especialmente tecnológica, da atividade econômica “agricultura” gradualmente se tornou hegemônica em todo o mundo; (b) em decorrência dessa influência, foi modelada a agropecuária brasileira, a qual experimentou intenso processo de modernização, especialmente a partir do final dos anos sessenta; (c) sendo correto este encadeamento histórico, é assim provável que as tendências observadas nas regiões rurais dos Estados Unidos, em alguma magnitude, poderiam (ou já devem) estar experimentando o mesmo desenvolvimento no Brasil; (d) foi também nos Estados Unidos que a expressão “agricultura familiar” encontrou eco já no Século XIX, em função das características de sua colonização e, uma vez institucionalizada, inspirou diversas ações governamentais. Lembrando, que “agricultura familiar” naquele país jamais foi um conceito e, menos ainda, fez parte de alguma teoria social. A expressão, usada descritivamente, a partir de indicadores empíricos normativamente instituídos, apenas identifica subgrupos de produtores rurais.

Mesmas tendências?

O estudo³ realizado pelos autores demonstrou que o padrão vigente no Brasil contemporâneo gradualmente se aproxima do caso norte-americano, malgrado as diferenças históricas na gênese do processo ou os atuais contrastes estruturais. A Tabela 1 sintetiza as principais transformações experimentadas pela agricultura norte-americana em noventa anos de desenvolvimento. Em síntese, sobressaem-se quatro aspectos principais: (a) a queda acelerada do número de estabelecimentos (ver também a Figura 1) - de cada dez propriedades existentes em 1910, apenas quatro ainda permanecem; (b) o radical esvaziamento demográfico do campo, pois a mão-de-obra (contratada e familiar) vem sendo substituída pela mecanização intensiva, o que também a capitalização da produção igualmente demonstra; (c) concomitantemente, observou-se o aumento da área média operada pelos produtores, e (d) a verificação de que nos Estados Unidos a atividade agropecuária é, sobretudo, um “negócio familiar”, o que é sugerido pela queda dos indicadores relativos aos gastos com trabalhadores contratados.

- Comparar o desenvolvimento da agropecuária, nos dois países, se justifica porque foi o padrão técnico constituído nos Estados Unidos que configurou a chamada “agricultura moderna”, especialmente a partir da década de 1940. Este foi o modelo implantado no Brasil a partir dos anos sessenta.
- Entre outras, diversas tendências são similares: a queda relativa do PIB agrícola em relação ao PIB total; a rápida redução da mão-de-obra - contratada e familiar - nas lides do campo, o aumento da produtividade total dos fatores e a concentração da produção.
- A expressão “agricultura familiar”, nos Estados Unidos, se refere apenas à gestão da propriedade. Por isto, 98% do total dos estabelecimentos daquele país são considerados familiares. Se este critério exclusivo for aplicado ao Brasil, provavelmente se encontraria proporção similar (os censos não permitem esta identificação).

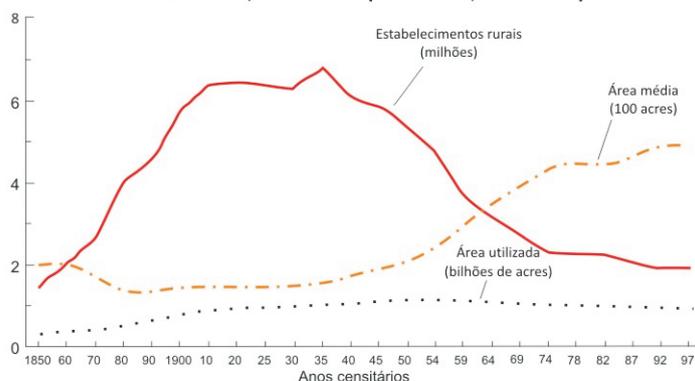
Este último aspecto é relevante, pois naquele país a adjetivação “familiar” indica somente a natureza da gestão, não se somando a qualquer outro critério – como é o caso da lei brasileira, que agrega os critérios de tamanho, dedicação quase exclusiva à atividade e limites para a contratação de assalariados. Portanto, entendendo-se a agropecuária como uma atividade econômica, cabe a pergunta: se aplicada ao Brasil a definição norte-americana de “familiar” (ou seja, revelada apenas pela gestão), as transformações observadas naquele país se aplicariam ao Brasil?

Tabela 1. Estados Unidos. Indicadores diversos relativos ao desenvolvimento agrário (1910-1999)

Ano	1910	1950	1999
Número de estabelecimentos rurais (1.000)	5.737	5.648	2.191
População rural (% do total da população)	34,7	15,2	1,8
Área média dos estabelecimentos rurais (hectares)	55,9	70,4	176,4
Vendas brutas por estabelecimento (US\$ em preços constantes de 1982)	10.817	21.084	55.238
Valores da terra e benfeitorias por estabelecimento (US\$ em preços constantes de 1982)	63.651	57.322	255.496
Gastos com mão-de-obra contratada (índices deflacionados)	325 (1930)	217	83 (1974)

Fonte: Censos do USDA (diversos anos), elaboração dos autores

Figura 1. Estados Unidos. Número de estabelecimentos rurais (em milhões), tamanho médio (em centenas de acres) e o total da área utilizada, 1850-1997 (1 acre = 0,4 hectares)



Fonte: Censos do USDA (diversos anos)

O Brasil segue o modelo norte-americano

A Tabela 2 sintetiza alguns dos principais indicadores comparativos, os quais indicam mudanças que, não obstante esperadas sob o ponto de vista econômico e tecnológico, provavelmente são preocupantes, segundo uma ótica social.

Em especial, dois aspectos se destacam: primeiramente, o gradual esvaziamento demográfico do campo brasileiro, que desde a década de 1960 experimenta significativos processos migratórios em direção às cidades. As estimativas apontam que em 2020 a população chamada de rural não atingirá dois dígitos. Ao mesmo tempo, esta crescente indisponibilidade de mão-de-obra já vem pressionando por salários rurais crescentes em termos reais, o que forçará ainda mais a intensificação tecnológica do campo.

Tabela 2. Alguns aspectos do desenvolvimento agrário Estados Unidos e Brasil (anos diversos)

Agricultura / PIB	Estados Unidos: 2,1% (1959) – 1,3% (1999) Brasil: 9,7% (2004) – 5,2% (2009)
PEA rural	Estados Unidos: 18,0% (1947) – 1,8% (1995) Brasil: 68,8% (1940) – 16,2% (2008) (*)
Trabalho contratado / população total	Estados Unidos: 18,3% (1930) – 3,8% (2000) Brasil: 2009: “Pela primeira vez, o campo deixa de ser o maior empregador, entre todos os setores” (PNAD)
Produtividade (**)	Estados Unidos: US\$ 5.200 (1930) – US\$ 54,500 (2000) Brasil: Entre 1970 e 2006, 65,0% do crescimento do produto agropecuário foi devido ao aumento da produtividade e total dos fatores
Número de estabelecimentos rurais (1.000)	Estados Unidos: 5.648 (1950) – 2.191 (1999) Brasil: 4.988 (1975) – 5.175 (2006)
% dos estabelecimentos que produzem a metade da produção (***)	Estados Unidos: 17% (1900) – 3,6% (1997) Brasil: 0,43% (2006)

Fonte: Censos e autores diversos, nos dois países

(*) A estatística relativa a 1940 se refere à população residente em relação à população total e, em 2008, à população economicamente ativa na agricultura em relação à população total.

(**) Produtividade, nos Estados Unidos, se refere ao valor produzido, em termos reais, por unidade de trabalho. No Brasil se refere à produtividade total de fatores.

(***) Nos Estados Unidos, esta proporção se refere ao “volume de vendas” realizadas. No Brasil, se refere ao valor total da produção mais o valor do autoconsumo.

Em segundo lugar, sendo este um aspecto relativamente alarmante, a concentração da produção agropecuária no Brasil é atualmente ainda mais exacerbada do que nos Estados Unidos, demonstrando que o processo de modernização da agropecuária brasileira foi mais discriminatório do que o norte-americano - e mais agudas foram as tendências de assimetria sociais. São inúmeras as implicações desta análise, tanto no tocante à ação governamental como na conformação de uma nova agenda de pesquisa. O tempo indicará, por exemplo, se as políticas destinadas aos produtores de menor porte (como o Pronaf) e as políticas compensatórias do tipo Bolsa Família terão realmente estancado o processo de concentração da riqueza no campo, ou se ainda existirá tempo hábil para elaborar uma nova via de desenvolvimento rural. Por outro lado, se aceita a problematização dos critérios que definem a agricultura “familiar” no Brasil, sua redefinição deverá fornecer elementos para o contínuo aperfeiçoamento de uma agenda de pesquisa. E, será preciso conhecer, com maior riqueza empírica, as diferentes “formas familiares” de produção, as quais irão sugerir necessidades tecnológicas igualmente variáveis. São fatos que justificam mais esforços de pesquisa sobre os pequenos estabelecimentos rurais, combinando com maior eficácia os imperativos tecnológicos e os sociais e ampliando o bem-estar das populações rurais. ■

¹ Pesquisador. Embrapa Estudos e Capacitação. Brasília, DF.

² Pesquisadora. Embrapa Hortaliças. Brasília, DF.

³ “Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar”. Textos para discussão 42, Embrapa Informação Tecnológica, 2011. Disponível em:

www.cecat.embrapa.br/estudos-estrategicos/tecnico-cientificas/zn_mtp_afeprecisomudar.pdf